

N/O LIMIAR DA CIDADE

*Eni Orlandi**

*Hoje eu me encontro
Eu tenho endereço
Antes eu morava no meu sapato
Por aí.*

.....
*Eu choro minha tristeza
Não é por causa de ninguém
Por mim mesmo
Eu choro pra dentro
A cerveja que eu bebo.*

(Programa *Muvuca*, Zeca Pagodinho)

Resumo

A relação de sobredeterminação do imaginário urbano sobre a cidade e o social produziu uma perda de sentidos da cidade em sua realidade social concreta. Nós propomos pensar esse fato como um fato discursivo, procurando compreender os meios pelos quais há apagamento dos equívocos, assim como o silenciamento das contradições que estruturam a vida social da cidade, restringindo os espaços simbólicos e, conseqüentemente, produzindo as condições do aumento da violência. Por outro lado, interessa-nos observar como o real da cidade trabalha essas contradições fazendo irromper outros sentidos possíveis.

0. Introdução

A ambivalência de sentidos presente nesses dois momentos de fala de Zeca Pagodinho, em conversa com Regina Casé, no Programa *Muvuca* (TV Globo) é bem o vestígio de um

* Coordenadora do LABEURB (Laboratório de Estudos Urbanos) NUDECRI/UNICAMP, Professora do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp.

fato discursivo que é objeto central de minha atenção: a relação contraditória, sujeita a equívocos, entre o urbano e a cidade.

De um lado, o urbano dá a referência, permite a unidade imaginária que, por sua vez, desencadeia a possibilidade do sujeito identificar-se urbanamente: “Hoje eu me encontro/ antes eu morava (no meu sapato) por aí”. Ao mesmo tempo, essa injunção (urbana) à unidade resulta em uma “perda”, numa tristeza sem limite, anônima (“não é por causa de ninguém”), que instala o sujeito urbano, no real da cidade não estabilizado, “chorando pra dentro a cerveja que eu bebo”.

1. O projeto

Consideramos a cidade, do ponto de vista discursivo, como um espaço simbólico diferenciado que tem sua materialidade e que produz a sua significância. Em outras palavras, a cidade caracteriza-se por dar forma a um conjunto de gestos de interpretação específicos e isto constitui o urbano. Quer dizer que, na cidade, o simbólico e o político se confrontam de um modo específico, particular. A isto chamamos “a ordem do discurso urbano”.

Tal como tenho proposto (E.Orlandi, 1996), deve-se distinguir entre ordem e organização, sendo a ordem do domínio do simbólico (a sistematicidade sujeita a equívoco), na relação com o real, enquanto a organização refere ao empírico e ao imaginário (o arranjo das unidades). Uma vez que a análise de discurso visa a compreensão do real do sentido, nosso objetivo não é pois apenas o de descrever a organização da discursividade urbana mas sim o de compreender a ordem do discurso urbano, ou seja, entender como o simbólico em sua relação com o político configura sentidos para/na cidade. Em suma, procurando compreender a ordem do discurso urbano, a questão que colocamos é: como a cidade (se) significa?

Assim, nosso projeto temático “O Sentido Público no Espaço Urbano” é trabalhado como uma forma de pôr em relação diferentes campos de conhecimento, tomando a linguagem como observatório da cidade na perspectiva discursiva. Consideramos, desse modo: a) que a linguagem não é transparente; b) que os sujeitos se constituem em processos nos quais se confrontam o simbólico e o político, instituindo modos de subjetivação específicos ao modo de existência da sociedade na história. Se assim é, os sentidos, por sua vez, não são evidentes, ao contrário, são sujeitos ao equívoco da

língua, cujos efeitos se inscrevem na história, sendo afetados por mecanismos ideológicos em sua produção.

Nosso trabalho é justamente compreender esses efeitos, procurando explicitar os processos de determinação históricos na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos, nesse caso, urbanos. Pensados dessa maneira, os conflitos urbanos são antes de tudo conflitos de sentidos.

Compreender isto é compreender, ao mesmo tempo, o que está investido no sentido de “cidade”. Em conseqüência, podem-se pensar criticamente as evidências postas em uma noção como a de cidadania.

2. Por que “Urbanizar a Cidade”?

Tendo esse objetivo, além das pesquisas que temos desenvolvido, os seminários que organizamos e os congressos de que participamos, consideramos profícuo fazer uma jornada científica para a qual concorressem intelectuais ligados à reflexão sobre o urbano e que nos permitisse avaliar e elaborar esses nossos pontos de vista sobre o conhecimento urbano. Num movimento de análise e reflexão, nossa disposição é a de compreender discursivamente a sobreposição do social pela cidade que, por sua vez, está sobredeterminada pelo imaginário urbano. Há um uso que indistingue relações sociais, relações urbanas e relações na cidade. Assim se perde a especificidade do social. A maneira como o urbanista fala sobre a cidade acabou criando categorias que vão substituindo a própria maneira como as pessoas pensam a cidade. Por um processo de migração de sentidos, elas significam a partir de categorias do urbanismo, tornadas gerais, e deixam de dizer a cidade em seu real, em sua materialidade específica. Nossa proposta é flagrar esse real, por onde ele “foge”, não se deixando pegar pela fala do urbano.

Compreenda-se que essa crítica não visa destituir o urbanismo de seu lugar de produção de saber. O que se visa é restituir à cidade seu real de significação.

Assim, o tema proposto “Urbanizar a Cidade?” objetiva uma crítica e mostra nosso cuidado em distinguir algo que vem se indistinguindo e que já é efeito discursivo, parte do imaginário urbano: a sobreposição do que é conhecimento urbano (sobre a cidade) com a própria materialidade urbana (da cidade). Nessa indistinção, o real urbano é substitu-

ido pelas categorias do saber urbano, seja em sua forma erudita (discurso do urbanista), seja no modo do senso comum em que esse discurso do urbanista é incorporado pelo político, pelo administrador, pela “comunidade”, convertendo-se no que chamarei “discurso (do) urbano”. Por uma razão de método, distingo este discurso do “discurso urbano” que coloco como equivalente do que chamarei “discurso da cidade” como veremos mais adiante.

Como temos observado, os sentidos já estão afetados por essa duplicidade – discurso urbano, discurso sobre o/do urbano – no próprio espaço que é a cidade. Essa distinção discursiva que propomos passa assim a ser constitutiva da análise do sentido no espaço urbano.

Um exemplo, para iniciar nossa apresentação sobre esta dominância do urbano, pode ser o das falas da Globo, na apresentação do desfile no Carnaval. São falas pautadas pelo discurso urbanista em suas diferentes modalidades. O discurso carnavalesco da Globo (e da mídia em geral) significa a cidade, representada em um discurso que é subproduto do urbanismo. O carnaval – com tantas outras forças sociais investidas abundantemente ali – tem uma descrição linear urbanista que apaga ou acentua sentidos (observe-se, por exemplo, o uso da palavra “comunidade” nessas falas e a descrição das relações da tal “comunidade”...), neutralizando traços mais substanciais da cidade e das relações sociais que nela se estruturam.

3. Um pouco de etimologia e deslocamento

Para refletir sobre esse processo de sobreposições, vamos perambular por alguns indícios etimológicos.

Como se sabe, cidade vem *de civitas, -atis* [*civis*] que pode ser entendida de modos diversos: a) como a condição (direito) do cidadão e como conjunto de cidadãos, em que então cidade e cidadania vem juntos, no mesmo pacote de sentidos; b) pode ainda significar: sede de um Governo, Estado, Cidade, Pátria, onde os sentidos do político se assentam na especificação empírica de suas representações; c) no dicionário, diz-se que *civitas, -atis* é igual a *urbs*, que quer dizer cidade em oposição a *rus* (campo, lavoura) e – *Arx* (citadela, cimo, cume da cidade). Nessa configuração de sentidos, é bom lembrar, Roma é a cidade por excelência (estamos falando do Império Romano).

Se tomamos a via de exploração que coloca em pauta a relação com *urbs*, veremos que já aí as ambigüidades começam a vir à tona. *Urbs* é o mesmo que cidade, contrastando com *Rus* e com *Arx*. Se pensarmos a relação, em *urbs*, com *burgo*, veremos que na disposição espacial temos o espaço do castelo, a cidade a sua volta e, mais afastado, o *burgo*. Há permeabilidade entre a cidade e o *burgo* (Le Goff, 1997) e, no século XII, cidade e *burgo* reúnem-se. Entretanto, na relação posta com o subúrbio, este indica a parte não alta (o que se afasta da *arx* e também da *civitas* em seu sentido geral). Ao se integrar (o *burgo*), cria-se ao mesmo tempo a diferença: o subúrbio.

Mas, sobretudo, há já posta em subúrbio uma relação que não é apenas espacial com a cidade. Em relação ao urbano, subúrbio significa em termos de uma verticalidade que hierarquiza o espaço e que dá a subúrbio um des-valor daquilo que não é centro (a parte alta, o cume).

Ora, isso nos dá indicações para um outro recorte de sentidos, onde *urbs* produz uma hierarquização, verticalizando as relações urbanas.

Nesse recorte, e para entendermos na relação *civitatis/urbs* um laço que faz intervir a sociabilidade, a passagem já é mais tortuosa, como veremos.

4. A cidade, a sociedade, a urbanidade

Nesse passo, precisamos esclarecer que não partimos de categorizações das Ciências Sociais mas do domínio discursivo. Consideramos aqui o social (*socialis*) relativamente àquele que é portador da sociabilidade. O que pretendemos mostrar é que, na negação dos contatos sociais – convertidos em violência – o sujeito social acaba por se significar como aquele que se protege, que se distancia, que (se) nega (a) o outro.

Minha proposta é, então, que se elaborem esses recortes de sentidos feitos acima, fazendo valer a distinção entre ordem e organização, referida no início. A palavra *urbs*, pela discursividade em que ela se desenvolve, refere a organização, assumindo o ponto de vista administrativo, diretivo (diretor). A cidade, por seu lado, em seu real histórico-social, é a declinação política desse processo de significação, referindo ao cidadão (*civis*), à ordem do político em que *cidade* se liga à civilidade e ao urbano, não enquanto logística espacial mas enquanto território do polido. E é justamente em relação ao “polido” que a ambigüidade funciona. Vejamos.

“Cidadão” se especifica em sua relação distintiva mantendo a devida distância de duas espécies de “outro” que são próprias da referência urbana: de *hostis* (estrangeiro, forasteiro, inimigo público) e de *socius* ou *peregrinus* que é o aliado, o companheiro, o sócio, que, não sendo o que é cidadão, no entanto, de fora da cidade, a ela se junta. Nesse sentido, há uma urbanização do *socialis* produzida pela relação aproximativa com *cidade*. É o social tal como o conhecemos. O aliado que se urbaniza, perde a característica de externo à cidade.

Paralelamente, num movimento de hierarquização (verticalização) do que se fez na horizontalidade espacial das relações, o *socius* é disposto em uma região que não o distingue significativamente do *hostis*, merecendo o mesmo “cuidado” urbano. Desde então, eu diria, não se parou de urbanizar a cidade num movimento de reconhecimento e apagamento das diferenças, das dificuldades e das distintas relações que povoam a cidade, o público, em suma, reconhecimento ou apagamento do “outro”, da sociabilidade, da civilidade, da cidadania.

Esse processo sobrecarrega, a meu ver, ainda mais a sobreposição existente entre o urbano e o social. O urbano sobredetermina o social: o social passa a significar pela urbanidade. Assim, a sociabilidade não é pensada diretamente em relação à sociedade, como parte do social, e da história, estruturante. Ao mesmo tempo, o urbano desliza do sentido do polido para o de policiado, não no sentido da civilidade, mas no da manutenção da ordem urbana, tomada no sentido administrativo e diretivo de organização urbana (e não mais da ordem do urbano, onde cidade é civilidade). Apaga-se o social e livra-se o urbano aos confrontos. De seu lado, a sociabilidade vai significando de modos bastante distintos em uma sociedade urbanizada em que os processos de individualização dos sujeitos (e dos sentidos), pelo Estado, tomam a frente dos processos de socialização.

Pensar a cidade com categorias do urbano, já dadas, pode assim produzir uma indistinção do social. Deixa-se de levar em conta modos sociais de produção de sentidos próprios da cidade. Apagam-se equívocos, silenciam-se contradições estruturantes da vida social da cidade. Comprimem-se espaços simbólicos, elidem-se trajetos das relações sociais. Limita-se o sentido do “público” na sua relação imaginária com o “privado”.

A organização do urbano, que funciona na instância do imaginário, muitas vezes impede o trabalho de novas (e reais) necessidades da sociedade, isto é, de uma nova ordem social (já latente). Isso produz violência urbana. Imobiliza a procura de novas formas de

sociabilidade. De novos desenhos (sentidos) da cidade. Faz deslizar a noção de conflito, constitutiva das relações sociais – em uma formação social como a nossa em que as diferenças se impõem – para a explosão da violência, naquilo que ela nega ao movimento, à ruptura e à transformação necessária. Perdem-se muitos dos possíveis sentidos da sociabilidade. Porque não se trabalha o real da cidade.

Onde o social é silenciado, suturado pelo urbano que não o compreende em sua realidade cidadina em constante movimento, emerge a violência.

Ainda quanto à ruptura da sociabilidade, poderíamos estabelecer aí uma distinção, dizendo que o conflito urbano é da ordem do social, enquanto a violência individualiza; em outras palavras, a violência se apresenta como fato da conduta individual. Ela desfaz a relação.

Segundo essas nossas considerações, há uma conversão do conflito em violência. Há apagamento do social enquanto real estruturante das relações entre sujeitos num mesmo espaço, o da cidade. Nessa estagnação do movimento, nessa impossibilidade social de novos sentidos, transfigura-se em violência o que seriam re-arranjos de novos espaços do “público”, com seus sentidos deslocados.

5. A quantidade como fato estruturante: o discurso da cidade

Ao elaborar nosso projeto temático como organizador de nossas pesquisas no Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) na Unicamp, nos propusemos a refletir sobre como a cidade se simboliza (se diz) e – num movimento inverso mas, eu diria, complementar da significação – como a linguagem se espacializa na cidade.

Ao percorrer fatos, textos, discussões, tomamos a cidade como um lugar simbólico particular, como um lugar de interpretação diferente quanto a sua materialidade. Isso quer dizer que, na cidade, o sujeito se subjetiva de modo específico, que os sentidos aí se constituem de modo particular. Pensando esta relação particular, podemos dizer que a cidade se localiza – se situa simbólica e politicamente – como forma particular das relações de produção. E o que há de específico nessas relações, quando se pensa a cidade e esse espaço de interpretação que vai significar de uma maneira determinada o que é o social, concebido nessa relação com o urbano?

Para responder a esta pergunta, tive de alargar as questões inicialmente postas. Pois o

que há de específico nessa relação é a quantidade: são muitos do mesmo no mesmo lugar. Com suas diversidades. Na cidade a quantidade não pode ser evitada. E a quantidade traz sempre consigo a relação entre a diferença e o mesmo e é isto que a qualifica. Há, portanto, um modo de ocupação do espaço da cidade que envolve necessariamente a quantidade. Vista, é claro, não em seu aspecto apenas empírico, mas em sua determinação histórica e imaginária, em sua dimensão simbólica e política: a do significar. Pode-se assim dizer que o traço estruturante das relações da cidade é a quantidade, ou, em outras palavras, a cidade é um espaço que se constrói na quantidade. Se assim é, para significar, o espaço urbano lida inelutavelmente com a necessidade de transferência (de metaforização) na relação com a quantidade. A questão passa a ser então: como se resolve nos sentidos (no discurso) da cidade a questão da quantidade?

A quantidade, vista do ponto de vista do simbólico, determina a natureza da interpretação que é a que caracteriza (configura) a cidade como um lugar (de interpretação) específico. Como (n) a história (se) produziu este espaço? Dito de outra maneira, de que modo, perguntaríamos, a cidade se configura como esse lugar em que a quantidade reclama sentido, se tomamos a relação do homem com seu outro, e no interior das relações de produção? Os fatos, como tenho dito, reclamam sentidos e, no caso da cidade, o fato a se dar sentido define-se como quantidade. Se, como dissemos, a quantidade é característica do espaço da cidade, é ela que historiciza a geografia, por uma injunção simbólica, em que o espaço deve significar. Como diz P. Henry (1994), em uma crítica concomitante ao historicismo e à concepção popperiana de história e de ciência, "(...) não há fato que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências. É nisto que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso".

Pois bem, se em outros textos, num recorte do que afirma Paul Henry, estabeleci em meus trabalhos que os fatos reclamam sentidos e isto me permitiu explorar em sua importância constitutiva o fato da interpretação, nessa retomada do que diz esse autor quero chamar a atenção para a afirmação de que o fato reclama que "lhe achemos causas e conseqüências". Por isso disse, mais acima, que a quantidade pede (reclama) solução de sentidos, na cidade. Este é o móvel pelo qual, na simbolização, a geografia se historiciza no espaço urbano via quantidade. Há uma demanda simbólica e política da cidade que passa pela quantidade enquanto causa e conseqüência, funcionando em um território

historicizado.

Isto nos autoriza a perguntar qual é o estatuto simbólico da quantidade que concerne à cidade? Como a cidade (se) significa (n)a quantidade?

Como há uma relação desigual (de sobredeterminação) entre a organização urbana e a ordem da cidade, não há espaço na cidade que não seja urbano (não há espaço vazio), logo, não há espaço que não esteja sujeito à polícia, à administração. Não havendo espaço vazio – leia-se “disponível” na materialidade específica do espaço simbólico da cidade – há um muito cheio, uma saturação dos sentidos do público que dá como resultado o efeito da violência, da “desordem”, já que não pode aí haver lugar para a falta, a incompletude, o possível. Não há o “outro” sentido, o que estaria rompendo com o espaço simbólico já (urbanamente) significado. Não há assim movimento dos sentidos e dos sujeitos. A cidade é impedida de significar em seus não-sentidos, aqueles que estariam por vir, as novas formas de relações sociais. Cristaliza-se.

Desse modo, muitos dos sentidos da cidade – aqueles sobretudo que são identificados como violência – são resultados de metáforas da quantidade mal resolvidas, mal sucedidas, porque não são capazes de absorver o movimento do social. Há assim uma conversão urbana dos sentidos da cidade que produzem o efeito da violência, da desordem, da ilegalidade, do impróprio. Com todas as formas de eco que abrem para os preconceitos: do racismo, do imaginário urbano (desejável, valorizado) oposto ao rural (indesejável, de fora, precário), das diferenças remetidas à tecnologia e à ciência, onde o urbano é o científico, o tecnologicamente desenvolvido, etc.

Não acabaríamos de enumerar todas as formas de preconceito produzidas pelo imaginário que repousa sobre a metáfora mal resolvida da quantidade. Resta acrescentar que a metáfora (cf. M. Pêcheux, 1975 e E. Orlandi, 1996), na análise de discurso, significa “transferência” de sentidos e não “figura” como na retórica clássica. Transferência aí é justamente a possibilidade da interpretação, a relação constitutiva com o trabalho da memória, dos processos de identificação dos sujeitos em seu movimento, em sua incompletude, em seus equívocos. Em uma palavra, transferência significa re-significação, historicização dos sentidos em que se simbolizam o mesmo e o diferente.

O urbano aparece aí como “catalizador” dos sentidos da cidade e do social. Num gesto homogeneizador, o urbanismo cristaliza-se como parte do imaginário que “interpreta” de maneira a fixar o que é a cidade enquanto urbanidade. Essa indistinção, esse

silenciamento da espessura semântica da cidade marca de maneira extremamente negativa o que lhe é estranho (digno de interesse e curiosidade no séc. XIV e não de repulsa como agora), exclui o que é não-familiar, tingindo-o das cores do perigo e da ameaça, fechando sujeitos em sua grade de significação, imobilizando novos processos, estagnando possíveis sentidos da cidade. O *socius* deixa de ser um aliado: é o estranho, o estrangeiro, o inimigo, o de fora. E o estranho não é o desconhecido, é o que traz perigo, ameaça. Desconfiança. Do mesmo modo, nessa formação discursiva, por um mecanismo que se faz como um efeito em dominó, palavras como “cuidado” deixam de significar a acolhida para significar “atenção!”: não se cuida de seu concidadão, se toma cuidado com ele...

6. A violência redefinida

Se tomamos como exemplo os condomínios fechados, podemos apreciar o trabalho do equívoco como parte desse processo de significação que regula (retém) o jogo de sentidos cidade/urbano. Pretensamente, os condomínios – em seus projetos de urbanização – são feitos para dar segurança aos moradores. No entanto, ao isolar parte do espaço público, eles acabam funcionando como elemento desencadeador de sentidos da violência. Ao fazer um muro, já se imprime ao sentido (do) urbano um gesto de violência que demarca espaços que separam cidadãos e cidadãos. Indiscriminadamente. De modo indistinto tudo (todos) que fica fora do muro é estranho, é sujeito a risco. Além disso, aquele que está para o lado de fora sente em si a violência da exclusão e se arma de hostilidade. O confronto, neste gesto de interpretação, compele à interdição, à desagregação, ao litígio. Silenciosamente, as formas da sociabilidade se restringem e adquirem novos sentidos: aí o *socius* está mais para *hostis* do que para aliado... Isto resulta de um gesto simultâneo de silenciamento e cristalização daquilo que é matéria móvel de significação que se enrijece e não metaforiza mais os sentidos possíveis da cidade e de seus habitantes.

O gesto de isolar, de pôr do lado de fora, na medida em que indistingue tudo que está alhures, amplia o sentido da marginalidade – o de dentro é o “comunitário” e o que está do outro lado do muro é o “estranho”, sujeito a risco – esvaziando os sentidos de sociedade. A violência, individualizada, passa a ser um confronto corpo-a-corpo. Não tem mediação pelo social.

A urbanização, em sua ambigüidade, ao mesmo tempo reconhece e passa sobre a impermeabilidade que passa a existir fortemente na cidade. Integra, sem significar politicamente, ou seja, silencia a diferença. A questão da quantidade, como já mencionei, não sofre um processo de transferência significativa (não se metaforiza convenientemente) e se resolve mal na injunção aos sentidos do urbano. Converte-se em questão administrativa.

Nesse modo de significar, a urbanização reduz-se a um discurso técnico – o discurso (do) urbano – não chegando a ser uma resposta real do político. Restringe-se ao domínio dos efeitos do imaginário. Não os atravessa, fica neles.

Um fato, em que se pode observar isso, é o das pontes (viadutos, etc). Procuram-se maneiras cada vez mais sofisticadas (como a de colocar paralelepípedos em pé) para impedir que pessoas sem casa (mendigos?) se alojem no vão sob as pontes. Sabe-se que as pontes já tiveram várias formas e funções, inclusive (como a de Florença, sobre o Arno), abrigando residências, comércio etc. As nossas pontes hoje (excluindo até o espaço para pedestres) significam exclusivamente “passagem”, “trânsito”. Não abrigam. Não são um lugar habitável. Nesse processo de significação urbana, considera-se pois que o que está sob a ponte (pontilhão, viaduto, etc.) não é um espaço, ainda que, do ponto de vista da cidade, em sua vida social, este seja um espaço procurado como moradia. Mas o discurso (do) urbano já saturou esse sentido, pura e simplesmente. Quer dizer, não há possibilidade de deslocarem-se os sentidos urbanos da ponte, mesmo face à realidade social concreta de cidadãos (?) habitarem seus vãos. Do ponto de vista (do) urbano os espaços da cidade não são “vazios”, são projetos, são já destinados.

Enquanto discurso que se restringe – e que restringe – aos efeitos do imaginário, o urbano não cede a autoria em relação à questão da civilidade, da sociabilidade e da cidadania. Não se fazem os sentidos necessários. Diluem-se os gestos de interpretação da cidade. Na demanda de sentidos, não há, bloqueado pelo discurso do urbano, possibilidade de se constituírem novos sentidos, de se historicizarem (outros) sentidos da cidade. A cidade não se autoriza a um dizer próprio. Ao instituir sua autoria, o discurso do urbano pratica sentidos não historicizados, não re-significados, cristalizando-se sob o modo de uma repetição formal (do que é urbanizar). Pratica-se a discursividade do urbano, sem que se transforme a realidade da cidade. Para haver tal resignificação, é preciso se recolocar a materialidade social contraditória como mediadora. Elidi-la é um modo da urbanização subtrair a sociedade da história.

7. Uma proposta de reflexão

São esses efeitos que procuramos compreender nessa Jornada Científica que reúne nossos pesquisadores tendo a participação ativa de dois membros do nosso Laboratório de Estudos Urbanos (Suzy M. Lagazzi Rodrigues e Eduardo Guimarães) como debatedores dos textos de nossos convidados: Luis Antônio Francisco de Souza (Núcleo de Estudos da Violência da USP), Ana Maria Fernandes (Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia), Mônica Zoppi-Fontana (professora do IEL e também membro pesquisador de nosso Laboratório), Carmen Lavras (Núcleo de Estudos Sociais da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Otília Arantes (Departamento de Filosofia da FFLCH da USP), Nelson Brissac Peixoto (Departamento de Urbanismo da Pontifícia Universidade de Católica de São Paulo), Lúcia Teixeira (Departamento de Linguística da Universidade Federal Fluminense) e Nilda Teves (Laboratório de Estudos do Imaginário da Universidade Gama Filho e Secretária da Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro). Pudemos assim compor uma reunião com a participação de pessoas ligadas à vida acadêmica mas também, muitas delas, comprometidas com projetos que intervêm na vida da cidade.

Os textos apresentados e debatidos são os que compõem este número especial de nossa revista *Rua* e que publicamos como uma forma de fazer circularem as idéias, os resultados de pesquisa e as discussões que organizamos e aos quais temos tido e queremos dar acesso, na realização de nosso próprio projeto temático de pesquisa (apoiado pela Fapesp) “O Sentido Público no Espaço Urbano”.

Résumé

Le rapport de sur-détermination de l'imaginaire urbain sur la ville et le social a produit une perte de sens de la ville dans sa réalité sociale concrète. Nous nous proposons de penser ce fait comme un fait du discours, tout en cherchant à comprendre les moyens par lesquels il y a effacement des équivoques, ainsi que la mise sous silence des contradictions qui structurent la vie sociale de la ville, en resserant les espaces symboliques et, en conséquence, en établissant les conditions de la montée de la violence. D'autre part, nous observons comment le réel de la ville travaille ces contradictions en produisant l'irruption d'autres sens possibles.

BIBLIOGRAFIA

- Henry, P. (1997) "A história não existe?" In *Gestos de leitura*. Eni Orlandi (org.). Campinas, Ed. da Unicamp.
- Le Goff, J. (1997) *Por amor às cidades*. Unesp, São Paulo.
- Orlandi, E. (1996) *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes.
- Pêcheux, M. (1997) "Ler o Arquivo Hoje". In *Gestos de leitura*. Eni Orlandi (org.). Campinas, Ed. da Unicamp.